



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681031 - SP (2021/0224268-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RAFAEL AUGUSTO MENDES DE LIMA
ADVOGADO : RAFAEL AUGUSTO MENDES DE LIMA - SP371003
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OSMAR PASTERNAK DA ROCHA CALMON OLIVEIRA LINS
(PRESO)
CORRÉU : FERNANDO ALVES FUCHS
CORRÉU : CASSIA CRISTINA DE PAULA
CORRÉU : BRUNA LISBOA CERQUEIRA
CORRÉU : RAFAEL RODOLPHO VIEIRA
CORRÉU : ELIANE GUIMARAES MOREIRA
CORRÉU : ALINE BEATRIZ BRUNA DE PAULA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OSMAR PASTERNAK DA ROCHA CALMON OLIVEIRA LINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0007340-80.2015.8.26.0127).

O paciente foi denunciado junto com os corréus "como incurso nos artigos 33, caput, e 33, § 1º, várias vezes (em continuidade delitiva) e 35, todos da Lei n.º 11.343/06" (fl. 129), no que veio sentença que o condenou (fl. 203):

[...] à pena de 47 (quarenta e sete) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, no regime inicial fechado, [...] como incurso nas penas do artigo 35 da Lei de Drogas, artigo 33, *caput*, da Lei de Drogas, por diversas vezes (art. 71 do CP), e artigo 33, §1º, inciso I, da Lei de Drogas, por diversas vezes (art. 71 do CP), na forma do art. 69 do CP.

O desprovimento da apelação manteve incólume a sentença.

O impetrante argumenta sobre "a dosimetria da pena erroneamente imposta, configurando patente constrangimento ilegal sofrido pelo ora paciente que vem, se arrastando, desde a sentença do juízo monocrático, confirmada, *in totum*, pela instância superior" (fl. 5).

Narra ser "inaceitável tamanha discrepância da pena imposta, observado a negativa da aplicação correta do sistema trifásico de aplicação da pena e dos ditames do artigo 59 do Código Penal" (fl. 8)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente